

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS  
INFORME BRASIL Nº 07/2014**

Período: 15/03/2014 – 21/03/2014

**GEDES – Brasil**

- 1- Cinquentenário da tomada de poder pelos militares I: análises
- 2- Cinquentenário da tomada de poder pelos militares II: eventos
- 3- Cinquentenário da tomada de poder pelos militares III: Câmara dos Deputados planeja sessão solene
- 4- Procuradoria-Geral da República arquiva caso envolvendo comandante do Exército
- 5- General da reserva afirma que não deve ser punido por atentado do Riocentro
- 6- Gastos do governo com a exumação dos restos mortais de João Goulart chegam a cerca de R\$ 99 mil
- 7- Anistia não garante “sossego” a Ustra
- 8- Nova Marcha da Família com Deus pela Liberdade é organizada
- 9- Atuação da Força Aérea Brasileira nas fronteiras
- 10- Comissão Nacional da Verdade busca esclarecer morte do ex-deputado Rubens Paiva
- 11- Comando do Exército compra mísseis da empresa sueca Saab

1- Cinquentenário da tomada de poder pelos militares I: análises

Em coluna opinativa para o periódico *Correio Braziliense*, o jornalista André Gustavo Stumpf argumentou que no momento em que se recorda o movimento de tomada de poder pelos militares em 1964 não existem novidades, apenas uma “volta ao passado e a reinterpretação do que ocorreu naquele período”. O jornalista apontou que o ato foi apoiado pelos jornais da grande imprensa brasileira e pela classe média do país. Em sua análise, o cenário do período não era positivo, a inflação estava descontrolada e os partidos políticos brigavam entre si. Os militares, por sua vez, estavam insatisfeitos desde a revolução de 1930, a qual pôs fim à República Velha. Após o golpe, a posse dos generais ocorreu através de uma eleição indireta no Congresso Nacional, na qual políticos tradicionais do Brasil concordaram com o novo regime que se instaurava, como o ex-presidente Juscelino Kubitschek, que votou em favor de Castello Branco, pois “estava de olho nas eleições de 1965, que não foram realizadas”. Na visão de Stumpf, somente após a instauração do Ato Institucional nº 5, no dia 13/12/1968, o regime se tornou uma “ditadura”. (*Correio Braziliense – Opinião – 15/03/14*)

2- Cinquentenário da tomada de poder pelos militares II: eventos

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, teve início no dia 15/03/14, com duração até 19/04/14, o Cine Direitos Humanos – Especial Golpe de 1964, com o objetivo de apresentar sete produções cinematográficas referentes ao período do regime militar (1964-1985). As sessões ocorrem no Espaço Itaú de Cinema, na cidade de São Paulo. A *Folha* também reportou a exibição do filme “70”, no programa “Almanaque” do canal Globo News, o qual retrata o episódio em que 70 presos políticos que foram libertos em troca da liberação do embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucher, durante o regime militar. Bucher foi sequestrado pela Vanguarda

Popular Revolucionária em 1970, tendo permanecido 40 dias preso. Durante o programa, a diretora Emília Silveira e a roteirista Sandra Moreyra comentaram sobre os bastidores do filme, que ouviu 18 dos militantes soltos no referido caso. “70” mostra a vida de tais pessoas atualmente e como são suas avaliações sobre o caso. Segundo a *Folha*, foi realizado, no dia 20/03/14, um debate a respeito da atuação da imprensa durante o regime militar. O evento, que ocorreu no Centro Cultural Banco do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, contou com os jornalistas, Aluizio Maranhão, do jornal *O Globo* e Ricardo Balthazar, da *Folha*. (Folha de S. Paulo – Ilustrada – 15/03/14; Folha de S. Paulo – Poder – 20/03/14)

### 3- Cinquentenário da tomada de poder pelos militares III: Câmara dos Deputados planeja sessão solene

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, a Câmara dos Deputados promoverá uma sessão solene, no dia 01/04/14, para recordar os 50 anos do regime militar (1964-1985). Segundo o jornal, a sessão deve dar abertura aos críticos do período, como a deputada Luiza Erundina, que propôs uma homenagem a “civis e militares que resistiram à ditadura”; bem como aos defensores, a exemplo do deputado Jair Bolsonaro, o qual requisitou a sessão para “comemorar o regime e seus feitos”. Segundo a *Folha*, o tema é sensível para o Congresso Nacional. Bolsonaro comunicou que um de seus convidados será o coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-chefe do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) na cidade de São Paulo, considerado um dos símbolos da tortura praticada pelos militares. (Folha de S. Paulo – Poder – 17/03/14)

### 4- Procuradoria-Geral da República arquiva caso envolvendo comandante do Exército

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o procedimento administrativo que analisava o caso do suposto envolvimento do comandante do Exército, general Enzo Martins Peri, em possíveis fraudes em licitações de obras que foram executadas pelo Exército foi arquivado pela Procuradoria-Geral da República (PGR). O arquivamento ocorreu porque o órgão entendeu que não houve participação de Peri nos atos suspeitos, sendo que os 40 depoimentos ouvidos no processo não fazem referência a seu nome. O procedimento foi então devolvido à Procuradoria-Geral da Justiça Militar (PGJM) para que fossem tomadas as providências cabíveis a tal órgão. Em 2011, Peri e outros sete generais do Exército estavam sendo investigados pela PGJM pelo referido caso. O processo do comandante foi repassado à PGR por possuir foro privilegiado. Os generais acusados comandavam o Departamento de Engenharia e Construção e o Instituto Militar de Engenharia (IME) no período entre 2004 e 2009, momento no qual foram firmados acordos do Exército com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, referentes à execução de obras rodoviárias. O processo atual refere-se a um inquérito anterior, o qual identificou indícios da existência de fraude em 88 licitações do Exército, relacionadas a obras do Ministério dos Transportes, apontando desvios de R\$ 11 milhões, provenientes de recursos públicos. (Folha de S. Paulo – Poder – 15/03/14)

#### 5- General da reserva afirma que não deve ser punido por atentado do Riocentro

Em entrevista concedida ao jornal *Folha de S. Paulo*, o general reformado Newton Cruz afirmou que não pode ser punido pelo atentado do Riocentro, ocorrido em 1981. O general foi denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF) no processo de reabertura das investigações, por ter se omitido e não agido de forma a evitar o atentado. Na época o atentado não se efetivou, pois uma das bombas explodiu dentro de um carro no estacionamento, no qual estavam dois militares, sendo que um morreu no local. Um inquérito foi aberto na Justiça Militar à época, na tentativa de responsabilizar organizações de esquerda do país, mas a farsa foi descoberta e não houve punidos até então. Cruz afirmou que se considera protegido pela Lei da Anistia (1979), mas os procuradores afirmam que como o caso ocorreu dois anos após sua promulgação, essa alternativa não é possível. O general confirmou que no dia do atentado foi comunicado duas horas antes da saída dos militares do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), na cidade do Rio de Janeiro, com bombas que seriam detonadas no centro de eventos onde jovens assistiam a um show em comemoração ao Dia do Trabalho. O general afirmou não ter tomado nenhuma atitude por entender que a explosão seria apenas para marcar presença, “estava no mesmo nível das bombas que jogavam nas bancas de jornal na época. Toda hora era bomba em banca de jornal. Não era? Eles não estavam saindo do DOI para prejudicar ninguém”. Além disso, alegou que estava em Brasília na ocasião, onde chefiava o órgão central do Serviço Nacional de Inteligência (SNI). A defesa do general afirmou que passados 33 anos dos acontecimentos, o suposto crime já prescreveu. Entretanto, os procuradores afirmam que se trata de crime de lesa-humanidade e portanto não prescreve. Atualmente, o MPF pede a condenação de Cruz por, no mínimo, 36 anos e seis meses de prisão por “tentativa de homicídio doloso, associação criminosa armada, transporte de explosivos e favorecimento pessoal”. (*Folha de S. Paulo – Poder – 15/03/14; Folha de S. Paulo – Poder – 17/03/14*)

#### 6- Gastos do governo com a exumação dos restos mortais de João Goulart chegam a cerca de R\$ 99 mil

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o governo brasileiro gastou R\$ 98,9 mil para realizar a exumação dos restos mortais do ex-presidente João Goulart em novembro de 2013. A pedido da família de Goulart, o ato busca esclarecer a real causa de sua morte em 1976. Suspeitas indicam um possível envenenamento coordenado por governos militares vigentes no Cone Sul no período, mas na época não houve autópsia do corpo. As despesas pagas pelo governo brasileiro referem-se a gastos com a equipe técnica, equipamentos, transporte, hospedagem e alimentação. O montante foi fornecido pela Secretaria de Direitos Humanos, pois a Lei de Acesso à Informação garante que o detalhamento de tais gastos seja disponibilizado ao público. (*Folha de S. Paulo – Poder – 15/03/14*)

#### 7- Anistia não garante “sossego” a Ustra

Em coluna opinativa para o jornal *Folha de S. Paulo*, Luís Francisco Carvalho Filho argumentou que o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, considerado

essencial para compreender as torturas ocorridas durante o regime militar (1964-1985) na cidade de São Paulo, não conseguiu “sossego”, apesar dos benefícios adquiridos pela Lei de Anistia (1979). Um dos fatos que levaram Carvalho Filho a tal conclusão foi a decisão judicial de 2012 que declarou “ainda haver relação jurídica entre torturados e torturador”. Tal decisão abre espaço para esclarecimentos a respeito dos fatos ocorridos no período. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 15/03/14)

#### 8- Nova Marcha da Família com Deus pela Liberdade é organizada

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, um grupo de ativistas utilizou as redes sociais para divulgar uma reedição da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, programada para ocorrer no dia 22/03/14 em mais de 200 cidades do Brasil, entre elas São Paulo e Rio de Janeiro. A primeira edição, realizada em 19/03/1964, contou com mais de 200 mil pessoas reunidas em São Paulo e exigiu a deposição do então presidente da República João Goulart. Na edição atual, organizadores reivindicam nova intervenção militar e combate à corrupção, com a premissa de uma nova “ameaça comunista”. Em coluna opinativa para o jornal *Correio Braziliense*, a jornalista Tereza Cruvinel lamentou que a reedição da marcha tenha se inspirado na Marcha da Família com Deus pela Liberdade para protestar contra a corrupção. Cruvinel ressaltou o apoio do então governador de São Paulo, Ademar de Barros, do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes) e da agência de inteligência estadunidense (CIA, na sigla em inglês) à marcha de 1964 e afirmou que, segundo o adido militar americano da época, general Vernon Walters, o evento “deu novo ânimo” aos militares que preparavam a tomada de poder. Em coluna opinativa para o jornal *Folha de S. Paulo*, o filósofo Vladimir Safatle criticou a nova edição da Marcha da Família com Deus pela Liberdade e afirmou que a ausência de uma política baseada na justiça de transição e no dever de memória fez com que emergissem análises que procuram atenuar crimes ocorridos durante o regime militar (1964-1985). Para Safatle, tais análises são frutos do “negacionismo”, e podem contribuir para a repetição da história. Em opinião à *Folha*, o jornalista Ruy Castro discordou da chamada dos militares ao poder, pois “sob eles, a família se esgarçou, a liberdade acabou, e, em pouco tempo, o próprio Deus saiu de fininho para não se comprometer”. (*Correio Braziliense* – Política – 18/03/14; *Folha de S. Paulo* – Poder – 16/03/14; *Folha de S. Paulo* – Opinião – 18/03/14; *Folha de S. Paulo* – Opinião – 19/03/14)

#### 9- Atuação da Força Aérea Brasileira nas fronteiras

De acordo com o jornal *Estado de S. Paulo*, no período entre agosto de 2011 e junho de 2013 a Força Aérea Brasileira (FAB) participou de sete Operações Ágata, visando a segurança nas fronteiras, e como resultado apreendeu cerca de 12 toneladas de drogas, destruiu duas pistas de pouso e recolheu armas e munições em larga escala. O jornal avaliou que a predominante ameaça à segurança e defesa dos países da América Latina e Caribe é o crime organizado, através do tráfico de drogas, contrabando de armas e de componentes eletrônicos, o sequestro e tráfico de pessoas. Assim, a mobilização das forças armadas do Brasil na região das fronteiras é essencial para reagir a tais ameaças, fato que, segundo o Instituto de Estudos Estratégicos de Londres, na

Inglaterra, justifica a o emprego da FAB nas fronteiras, “com o emprego de tropas e equipamentos em condição de combate.” (Estado de S. Paulo – Política – 16/03/14)

#### 10- Comissão Nacional da Verdade busca esclarecer morte do ex-deputado Rubens Paiva

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, José Antônio Nogueira Belham, general reformado do Exército, um dos responsabilizados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) pela morte do ex-deputado Rubens Paiva, pode ser acusado pela ocultação de cadáver. Paiva morreu no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) na cidade do Rio de Janeiro, em 1971, período em que o órgão era chefiado por Belham. De acordo com uma reportagem do jornal “O Globo” em 17/03/14, um oficial, entrevistado sob condição de anonimato, revelou ter desenterrado os restos mortais de Paiva em 1973, de uma praia da cidade do Rio de Janeiro e tê-los jogado ao mar. Não somente Paiva, mas outros nove opositores ao regime militar (1964-1985) morreram ou desapareceram sob as mesmas circunstâncias naquela época. Por ser chefe do DOI-Codi no período, Belham está sendo investigado pela CNV e também pelo Ministério Público Federal (MPF) sobre as mortes. Para sua defesa, de acordo com a *Folha*, o general argumentou não ter conhecimento sobre os casos, particularmente o de Paiva, já que Belham alega que estava de férias na época do ocorrido. Contudo, há controvérsias, pois existem documentos que ressaltam que o militar teve as férias suspensas em alguns dias do mês do assassinato – janeiro – e recebeu diárias para uma missão sigilosa. Além disso, dois militares afirmaram à CNV que o general havia sido alertado sobre possíveis torturas que poderiam ter levado Paiva à morte. Segundo o coordenador da CNV, Pedro Dallari, “como chefe, ele tinha o controle de tudo que passava lá. O general sabe para onde foi levado o corpo de Rubens Paiva”. De acordo com a *Folha*, o general Belham se considerava inatingível por ser pai do diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Ronaldo Martins Belham e ser prestigiado nas Forças Armadas, com reputação de “militar humanista” por seu trabalho como instrutor no Colégio Militar da cidade do Rio de Janeiro, na década de 1950. A única mancha em sua carreira militar era a demissão da vice-presidência da Fundação Habitacional do Exército (FHE) por uma polêmica com viúvas de militares mortos no terremoto do Haiti, julgado por ele como “injusta”, assim como essas acusações, das quais disse que após ser inocentado, processará todos os envolvidos nas investigações. De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, como forma de pressionar ainda mais as Forças Armadas a contarem o que foi feito do corpo de Paiva e preencher as lacunas que faltam da investigação, o presidente da CNV entregou, no dia 18/03/14, um relatório preliminar sobre a investigação à Câmara dos Deputados, pedindo ao presidente da Câmara, o deputado Henrique Eduardo Alves, que aumente a pressão sobre o general Belham para que este relate o que aconteceu naquele momento. O deputado Vieira da Cunha, designado para levar o tema à Câmara, afirmou não descartar a possibilidade de criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para a convocar o general, mas disse que primeiro usará as estruturas já existentes, como as comissões permanentes. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, pela Comissão de Direitos Humanos e pela Comissão de Relações Exteriores e

Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, no dia 19/03/14, um convite à Belham para prestar esclarecimentos sobre a morte de Paiva. Caso aceite o convite, o general será ouvido em uma sessão conjunta das três comissões. De acordo com *O Estado*, menções sobre o envolvimento de Belham na morte de Paiva estavam em documentos em poder de um coronel reformado, na cidade de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, que foram entregues à CNV, após o militar ter sido morto em um assalto. No dia 21/03/14, a *Folha* e o *Estado* noticiaram que o coronel reformado Paulo Malhães declarou para o periódico “O Dia” ter sido encarregado de “desenterrar e dar uma ‘solução final’ à ossada” de Paiva, que, segundo o coronel, “não seria enterrar de novo”. Malhães afirmou ter recebido a missão do gabinete do ministro do Exército do governo Médici. De acordo com a *Folha*, a CNV deve convocar o coronel reformado para depor sobre a operação. (Correio Braziliense – Política – 19/03/14; Folha de S. Paulo – Poder – 17/03/14; Folha de S. Paulo – Poder – 21/03/14; O Estado de S. Paulo – Política – 20/03/14; O Estado de S. Paulo – Política – 21/03/14)

#### 11- Comando do Exército compra mísseis da empresa sueca Saab

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Comando do Exército adquiriu um lote de mísseis antiaéreos RBS70, fabricados pela empresa sueca Saab, que também fornecerá, a partir de 2018, os 36 caças Gripen NG para a Força Aérea Brasileira (FAB). O contrato dos mísseis custou R\$ 29,5 milhões, o qual inclui, além do míssil do tipo Mk2, lançadores portáteis, suporte logístico, simuladores, equipamentos de visão noturna, ferramental, treinamento de manutenção e cursos de operação. Os mísseis RBS70/Mk2 serão encaminhados para o uso nos grupos da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea e das Brigadas de Infantaria Mecanizada. O jornal também noticiou que, ao mesmo tempo, avançam as negociações entre o Ministério da Defesa e o governo da Rússia para a compra dos mísseis Iгла-S9K38, versão atualizada do míssil de porte pessoal, da mesma classe do RBS70, dirigido por laser, com capacidade entre 250m e 8km, negociado desde 2012 entre a presidenta da República, Dilma Rousseff, e o presidente russo Vladimir Putin e o seu primeiro-ministro Dmitri Medvedev. Os mísseis Iгла-K38 russos foram alocados para a Brigada de Infantaria Paraquedista. Essa transferência faz parte de um pacote que envolve três baterias (16 veículos semiblindados) do sistema de médio alcance Pantsir S1. Estão sendo discutidos dois conjuntos do Iгла e possivelmente uma “joint venture” para fabricar a arma no Brasil. Segundo o periódico, há uma cláusula de transferência de tecnologia que protege o acesso do Brasil à obtenção do conhecimento dos dois modelos. O Ministério da Defesa do Brasil mandará à capital da Rússia, Moscou, um grupo que será responsável por executar possíveis ajustes na transação. Este grupo contará com militares, representantes de empresas como Odebrecht Defesa e Tecnologia, Embraer Defesa e Segurança, Avibrás Aeroespacial Mectron e Logitech, as quais poderão ser responsáveis pela produção de partes e componentes, além de analistas do Ministério do Desenvolvimento, do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Agência de Desenvolvimento da Indústria. (O Estado de S. Paulo – Política – 17/03/14)

## SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

### **Equipe:**

Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais);  
Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);  
David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista Proex);  
Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);  
Grazielle Gouveia (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);  
Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais);  
Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais);  
Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais);  
Marina Moreno Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);  
Victor Brando Coelho (Redator, graduando em Relações Internacionais)